



Comunicado

Lisboa, 9 de abril de 2015 – A Associação Portuguesa de Medicina Geral e Familiar (APMGF) tomou conhecimento, através dos meios de comunicação social, de uma intenção do Ministério da Saúde em aumentar a lista dos médicos de família nas áreas do país com carências de acesso a cuidados de saúde primários para 2500 utentes. Contactado o Gabinete do Ministro da Saúde, foi-nos transmitido que está a ser preparado “um conjunto de medidas para colmatar a falta de especialistas de MGF” e que embora o tão propalado número de 2500 utentes por lista não esteja em cima da mesa, “existe a ideia de possibilitar acréscimo das listas de utentes para os médicos de família que o aceitem voluntariamente, desde que haja essa necessidade objetiva (zonas carenciadas) e com o acordo dos sindicatos”.

A Direção Nacional da APMGF **contesta qualquer medida que venha a ser tomada no sentido de um alargamento administrativo das listas dos médicos de família, para mais quando executada apenas com base numa lógica numérica, sem atender à ponderação de fatores fundamentais como o contexto sócio-económico da região, a estratificação etária dos utentes ou a prevalência de doenças crónicas de elevado impacto na comunidade e de outros indicadores de saúde e sociodemográficos.**

Embora se reconheça que existem, no presente, algumas regiões do país (nomeadamente Lisboa e Vale do Tejo e Algarve) onde alguns ACES têm cerca de um terço da população sem médico de família – situação que consideramos grave e merecedora de uma resposta adequada – a Direção da APMGF entende não ser exequível exercer a especialidade de Medicina Geral e Familiar num contexto de listas de utentes com dimensão alargada na ordem dos 2500 utentes. O exercício clínico nestas condições teria como consequência a degradação da qualidade dos cuidados de saúde prestados aos portugueses.

Sublinhamos que esta é uma medida que, a concretizar-se, surge ao arrepio de todo o percurso evolutivo que foi feito através da recente reforma dos cuidados de saúde primários, que permitiu maior acesso da população ao seu médico de família, mas sem nunca sacrificar a disponibilidade e a qualidade dos cuidados oferecidos.

Estamos seguros que os médicos de família a trabalhar em Portugal, cientes da sua missão e responsabilidades, recusarão esta alteração com todas as suas forças, mesmo que ela surja acompanhada por mecanismos de incentivos financeiros. A APMGF defende e defenderá a dignidade do acto médico e o reconhecimento do direito a cuidados de saúde idóneos e credíveis. O dinheiro não representa tudo e em saúde usamos trabalhar com respeito pela pessoa, obedecendo com rigor a princípios humanistas.

Foi com enorme agrado que tomámos conhecimento dos depoimentos públicos do Sr. Bastonário da Ordem dos Médicos, Prof. José Manuel Silva, o qual reagindo a esta notícia mostrou mais uma vez estar ao lado dos médicos de família e dos portugueses em geral, ao considerar que este aumento de listas até aos 2500 utentes é impossível de concretizar, acrescentando que a atual gestão de listas padronizadas de 1900 pessoas já é uma tarefa complexa e exigente.



A APMGF declara-se disponível e interessada em participar em qualquer discussão séria encetada pelo Ministério da Saúde para resolver o problema dos portugueses que permanecem ainda sem um médico de família atribuído, tendo nos últimos meses desenvolvido um intenso trabalho de estruturação de propostas que podem conduzir a um desfecho positivo para todas as partes. De recordar, neste âmbito, a reativação do Fórum Médico dos Cuidados de Saúde Primários, uma plataforma com capacidade para congregar as ideias e sugestões de todas as organizações médicas que intervêm no setor. Este Fórum está, aliás, a projetar e depurar estratégias que podem contribuir para erradicar o flagelo dos utentes a descoberto.

O que a APMGF não irá aceitar ou tolerar são medidas isoladas, desconexas e despropositadas que no futuro prejudicarão – em termos de rigor e qualidade – o trabalho que os médicos de família desenvolvem em prol dos utentes.